

# **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

**REQUERIMENTO nº      , DE 2013**

**(Do Sr. Damião Feliciano)**

Requer a essa Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDEN, a realização de Audiência Pública, para debater a contratação e entrada de médicos estrangeiros no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, que sejam convidados a comparecerem em Reunião de Audiência Pública nesta Comissão de Relações e de Defesa Nacional, o Excelentíssimo Senhor Ministro, Alexandre Rocha Santos Padilha, ou o seu representante, o Excelentíssimo Senhor Ministro, Antonio Aguiar Patriota, ou o seu representante, o Presidente do Conselho Federal de Medicina, o Ilustríssimo Senhor Roberto Luiz d'Avila, o Presidente do Sindicato dos Médicos, o Ilustríssimo Senhor, Marcos Gutemberg Fialho da Costa e o Presidente da Associação Médica Brasileira, o Ilustríssimo Senhor, Florentino Cardoso, para em Reunião de

Audiência Pública na Comissão de Relações e de Defesa Nacional, debater sobre a decisão do Governo, de facilitar a entrada de médicos formados no exterior para trabalhar no Brasil, para responder à necessidade no setor no país.

## **JUSTIFICAÇÃO**

O Governo Federal quer facilitar a entrada de médicos estrangeiros no Brasil, com propósito de suprir a falta de profissionais, no interior do País, nas periferias e nos programas de assistência Básica. Tendo como ideia do Governo é tentar reduzir a disparidade na oferta de serviços de saúde entre os Estados e cativar a parcela da população que tem deixado a pobreza rumo à classe média. Atualmente, a homologação dos diplomas estrangeiros é feita por meio do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos (Revalida). O teste é composto por provas objetivas, discursivas e práticas. Antes era feito de formas independentes por universidades públicas, que utilizavam metodologias próprias e acabavam muitas vezes prolongando o trâmite.

Segundo esta ideia do Governo, o Brasil terá de compatibilizar a necessidade de aumentar investimentos com políticas que atendam às demandas da população por mais médicos e pronto atendimento na saúde.

A Categoria Médica, entretanto, argumenta que existem médicos brasileiros suficientes e bem qualificados, que estão dispostos à irem para áreas de difícil acesso, desde que lhes sejam oferecidos boas condições de trabalhos e qualidades de vida, e que se tomem providências para a melhora nos estados, principalmente nos interiores e periferias que se encontram em estado de precariedade. Alegam também existir uma distorção por cauda do mercado.

Para os Profissionais da Saúde, esta proposta não é aceita, uma vez que o governo não deve aceitar a entrada de médicos estrangeiros no país sem que os profissionais façam o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos, o Revalida. Podendo assim, botar a população do nosso País em risco.

Sala das Sessões, 08 de Abril de 2013.

**Damião Feliciano**

**(PDT-PB)**